

O MUNDO VISTO POR...

THE WORLD AS SEEN BY...

“O NOSSO MUNDO VISTO POR ...”

AVELINO DE FREITAS DE MENESES*

A PRINCIPIAR

Historiador de profissão e reitor da Universidade dos Açores de circunstância, por se tratar de uma função transitória, exercida num máximo de 8 anos consecutivos, somos aparentemente uma das pessoas menos habilitadas para participar neste Ciclo de Conferências, intitulado “O nosso mundo visto por ...”. E porque? Porque a História é a ciência que possui por objecto a reconstituição do passado. E porque a acção reitoral se tem traduzido numa labuta constante para que a Universidade dos Açores faça jus ao seu próprio nome, isto é, de instituição do arquipélago todo, obrigando a um esforço mediático de construção de infra-estruturas, de procura de financiamentos e naturalmente que de atracção de mais estudantes, já que são eles a justificação da existência de qualquer Universidade.

Apesar de tudo, sempre encontrei na profissão de historiador, dedicado em simultâneo ao ensino e à investigação, e no exercício de reitor, obrigatoriamente atento ao devir da sociedade, razões suficientes para aceitar o repto do Núcleo Cultural da Horta. Com efeito, se a História procede à ressurreição do passado fá-lo numa perspectiva de melhor compreensão do presente. É, por isso mesmo, uma ciência do nosso presente. E embora não possua o poder da adivinhação, até porque os acontecimentos nunca se repetem verdadeiramente, serve sempre de projecção de um melhor futuro. Além disso, se na sociedade agora dita do conhecimento as universidades figuram como instituições indutoras de desenvolvimento, não pode também qualquer reitor eximir-se às responsabilidades de perscrutar as principais tendências da actualidade.

A minha proposta sobre o meu entendimento do mundo de hoje radica na análise da política e da economia e numa incidência sobre o contexto dos Açores.

* Reitor da Universidade dos Açores.

I PORTUGAL E A EUROPA

1. A POLÍTICA

Na Europa, Portugal é um dos estados mais antigos e melhor unificados. Aliás, a história do país quase corresponde a um processo de esbatimento de diferenças e de consolidação de afinidades, que evolui até à evidência de uniformização dos nossos dias. Vejamos alguns exemplos. Na Idade Média, caracterizada pela fragmentação político-administrativa, a continuidade da reconquista contra os mouros, a necessidade de individualização dos castelhanos e a própria atlantização do povoamento reforçam o poder da coroa, promovendo a unidade política e territorial do País. Na Idade Moderna, apesar do convívio, do equilíbrio e do confronto dos poderes régio, senhorial e concelhio, certo é que o avanço da burocratização e os proventos ultramarinos ampliam a jurisdição e a independência da monarquia, originando maior subordinação das periferias à força do centro, fenómeno que reduz a influência dos senhorios e a especificidade regional. Finalmente, na Idade Contemporânea, o liberalismo promove a coexistência entre a proclamação da liberdade e o triunfo da uniformidade, resultante do aperfeiçoamento da burocracia e do progresso das técnicas. Nesta conjuntura, assistimos então ao predomínio definitivo do poder central sobre os direitos regionais.

No decorrer dos séculos, os portugueses procedem à interiorização de um sentimento de unidade nacional. É assim que, por falta de tradição histórica, sucumbem hoje os projectos de regionalização, apesar das vantagens materiais e da persuasão dos líderes de opinião. No nosso mundo, marcado pela contradição entre o progresso da globalização, que desrespeita identidades e culturas, e a irrupção dos localismos, fruto da indiferença da massificação, que provoca a contestação e a violência, a união dos portugueses é um património que importa preservar, pois constitui uma garantia de paz e de convivialidade.

2. A ECONOMIA

Mais do que a política, é a economia que impera no nosso tempo. Apesar do declínio do marxismo, é caso para se dizer que Marx tinha razão. Aliás, muito nitidamente, a economia condiciona a política. Atentemos então em dominantes económicas dos dias de hoje.

No passado, as capacidades de acesso aos recursos naturais e de acréscimo dos níveis de produção constituíam o sustentáculo da riqueza das nações. Por isso, ao longo dos séculos, a construção dos impérios se baseou na conquista de fontes de matérias-primas, as mais das vezes por força das armas, e na disponibilidade de uma mão-de-obra abundante e barata, muita dela de condição escrava. No presente, a situação é bem diversa. A chave da riqueza é agora o conhecimento. É por isso que se diz que estamos na sociedade do conhecimento, já que é nele que assenta a prosperidade dos povos neste advento do século XXI. Dito de outra maneira, a chave da riqueza é afinal o homem, através do seu activo mais importante – o cérebro – donde brotam as ideias que alicerçam o processo ininterrupto da inovação. Nestas circunstâncias, a cultura, a ciência e a tecnologia são as alavancas do desenvolvimento das pessoas, das regiões, dos países e das civilizações. Assim, a arbitrariedade da distribuição mundial dos recursos da natureza não é de todo o mais relevante. Aliás, o futuro ainda há-de demonstrar se, para o mundo árabe, a descoberta de reservas de petróleo foi factor de grande felicidade ou de profunda infelicidade.

2.1. *A indispensabilidade da inovação*

Na actualidade, a riqueza das nações deriva, portanto, das capacidades humanas de inovação e de empreendimento. O relativo atraso de Portugal, e consequentemente dos Açores, face ao mundo mais evoluído das margens do Atlântico Norte reside em défice de conhecimento, que importa superar. O relativo atraso de Portugal, e consequentemente dos Açores, ainda se deve a um défice de desenvolvimento científico e tecnológico, talvez fruto da interiorização de um sentimento muito antigo, que origina o desprezo pelas artes mecânicas, que estimulam o dinamismo da economia, que origina a valorização das ocupações políticas, académicas e guerreiras, mais propícias ao adormecimento da sociedade. É assim que alastra a minimização do estatuto social do ensino técnico, que conduziu à sua dramática extinção no Portugal revolucionário dos anos setenta. É assim que alastra a minimização do estatuto social do ensino politécnico, comparativamente ao universitário, cujo resultado se traduz em tendência perversa de conversão dos institutos politécnicos em universidades pequenas e inúteis, em prejuízo da difusão da cultura tecnológica. É ainda assim que a nossa legislação do trabalho e a nossa administração pública promovem o endeusamento dos diplomas, que às vezes

significam tão pouco, por não corresponderem à posse de competências úteis. O atraso científico e tecnológico é também consequência de uma atitude política. No século XX, da acção de um regime anacrónico, que levantava dificuldades ao empreendedorismo, à abertura e à inovação. O atraso científico e tecnológico é também a consequência da inacção dos agentes económicos, que quase sempre preferem o culto do negócio, isto é, a compra e a venda, em prejuízo da produtividade, que é o alicerce da criação da melhor riqueza. O atraso científico e tecnológico é também a consequência de uma falta de estratégia de desenvolvimento, insuficientemente procurada pelas universidades, nem sempre admitida como indispensável pelos governos, nem sequer requerida pela própria sociedade.

O esboço de uma tal estratégia de desenvolvimento exige, entretanto, maior investimento. O desenvolvimento científico e tecnológico não será uma realidade, nem sequer um projecto, enquanto o financiamento médio por investigador em Portugal for inferior à média da Europa, por sua vez inferior à dos Estados Unidos. O desenvolvimento científico e tecnológico não será uma realidade, nem sequer um projecto, enquanto a percentagem de licenciados em Portugal for de cerca de metade da OCDE.

A inovação, que possui por pré-requisito a criatividade, por alicerce o saber e por instrumento a experimentação, é hoje a melhor resposta para qualquer problema ainda não resolvido, para qualquer oportunidade ainda não de todo explorada. Além disso, o desenvolvimento da inovação têm de avultar em épocas de crise como a actual, porque dela carecemos mais do que nunca e porque, como diz o velho ditado, “a necessidade é a mãe de todas as invenções”. Acima de tudo, há que incentivar uma cultura de inovação, de mais fácil implementação, após a interiorização por todos de que a forma como agimos e trabalhamos poderá muito bem não ser a mais adequada. Na construção de uma cultura de inovação, releva naturalmente a iniciativa do Estado. E os Estados já evidenciam sensibilidade para a matéria. A título de exemplo, em 2000, o Conselho Europeu de Lisboa lançou o Sistema Europeu de Inovação, por forma a tornar a União Europeia na economia mundial mais competitiva, com base no incentivo do conhecimento. Mas se abandonarmos a escala supranacional, verificamos que à dimensão de cada País se promovem igualmente programas de inovação, aos quais se atribuem fundos cada vez mais consideráveis. No entanto, há também que transformar a inovação em desiderato da sociedade, talvez um pouco à imagem da actual China, onde as políticas de ciência e de tecnologia visam a criação de uma mentalidade

colectiva de inovação, tida por ferramenta da obtenção dos mais variados propósitos, desde a erradicação da pobreza até ao fortalecimento da defesa. Finalmente, há que converter a inovação em objectivo institucional e empresarial, que domine o quotidiano das instituições e das empresas, envolvendo a generalidade dos agentes, isto é, dos dirigentes de topo aos colaboradores anónimos. Se assim agirmos, estou certo de que contribuiremos para o crescimento económico sustentado, verificável pelo acréscimo do rendimento dos empresários e pela melhoria do emprego dos assalariados.

2.2. A aplicação do conhecimento

Hoje, o conhecimento e a inovação são as molas do desenvolvimento. A Universidade é a casa do conhecimento. A Empresa é o albergue da inovação. No entanto, a produção de conhecimento exige uma boa dose de inovação, enquanto o estímulo da inovação deriva da utilização do conhecimento. Tudo isto quer significar que deve haver uma grande inter-relação entre as universidades e as empresas. Só com grande cooperação entre as universidades e as empresas é possível que o conhecimento produzido pelo sistema nacional de inovação tenha impacto significativo na economia. Só com grande cooperação entre as universidades e as empresas é possível a difusão de uma cultura de inovação que contribua para o aumento com sustentabilidade da competitividade empresarial. Porém, a situação é ainda bem diversa! Por vezes, impera a separação e até o conflito na relação entre as universidades e as empresas. Não é verdade que os empresários atribuem por vezes a falta de inovação e a baixa competitividade aos universitários e aos assalariados? Não é verdade que os empresários atribuem por vezes o atraso do desenvolvimento científico e tecnológico às universidades que não fazem da utilidade do saber um objectivo crucial do ensino e da investigação? Admitimos até que os empresários possam ter razão! Não é verdade que os universitários consideram as empresas portuguesas aquelas que na Europa menos investem em investigação e em tecnologia? Não é verdade que os universitários explicam o atraso pela deficiente formação técnica e cultural dos empresários, muitas vezes inferior à dos próprios trabalhadores? Admitimos até que os universitários possam ter razão! Quer tudo isto significar que o futuro da relação entre as universidades e a sociedade, particularmente entre as universidades e as empresas, tem de assentar numa partilha de responsabilidades, o mesmo é dizer na cooperação. Só assim ficarão as universidades melhor preparadas para respon-

der às carências dos empresários. Só assim ficarão os empresários melhor preparados para responder às necessidades da sociedade. A relação entre as universidades e as empresas clama, portanto, por uma inversão de procedimentos, que se traduza em aprofundamento de diálogo e em concretização de medidas. Às empresas, exige-se maior abertura, que facilite a transferência de tecnologia e a admissão de diplomados e de estudantes. Às universidades, exige-se uma mudança de atitude, para que os diplomados sejam mais promotores de empreendimento do que mendigos de empregos. Se este encontro de posições efectivamente se verificar, ganham naturalmente as universidades, que evidenciam cada vez mais a sua inequívoca utilidade pública, mas ganha igualmente a sociedade, por exemplo, as empresas, que ficarão mais capazes de enfrentar os desafios da sociedade do conhecimento. Este encontro de posições é, aliás, inadiável, porque depois de um longo período de domínio, talvez também de liderança, da administração pública, o sector privado assume-se agora como força essencial da dinamização e da modernização da sociedade. Com efeito, vai longe a crença no papel milagroso da actividade do Estado, típica do século XX. Agora exige-se-lhe que sobretudo estabeleça uma regulação justa e permanente. Ao mesmo tempo, é cada vez mais incerto e inseguro o trabalho por conta de outrem. Assim, cada vez mais se impõe o acréscimo da iniciativa individual.

2.3. A relevância dos valores

Numa estratégia de desenvolvimento, a ciência e a tecnologia, mesmo que servidas por adequada inovação, não movem todos os obstáculos, não solucionam todas as dificuldades. Na verdade, resta sempre um espaço para a afirmação dos valores, sejam eles a fé ou simplesmente a ética. Apesar dos erros e das regressões, dos pré-socráticos até ao presente, a civilização ocidental evidenciou uma confiança absoluta no progresso científico, inclusivamente num progresso ilimitado, que encara sempre o amanhã como mais produtivo e interessante do que o ontem. Entre nós, foi o desenvolvimento incessante da ciência que determinou a evolução constante da tecnologia, afinal o único alicerce do poder do Ocidente. E no futuro? Continuará a ser assim? Ou estão à vista limites e barreiras às nossas expectativas? Hoje, é sintomática a diminuição de estudantes nas ditas ciências duras. Porém, hoje, mais sintomáticas são ainda as ondas de racionalismo e de irracionalidade, de fundamentalismo e de superstição. Temos hoje também a convicção de que a ciência não

cumprir todas as promessas. De facto, a doença, a fome, a injustiça e a guerra ainda amaldiçoam a Humanidade. Mais, a descrença na ciência motiva o aparecimento da fé curadora e da terapia mística, que conseguem lucros indevidos. Apesar da sofisticação da tecnologia, o clima actual da consciência é mais propício à demonologia do que o da Idade Média.

Os valores são, portanto, indispensáveis porque, em todo o Mundo, um considerável número de pessoas subsiste em circunstâncias de grave privação. Não quer isto significar que a acumulação de riqueza seja de todo ilegítima, porque é bem sabido que é dela que muitas vezes deriva a generalização de maior abundância. Todavia, é oportuno realçar que o princípio do homem repudia a exploração do homem pelos homens. Por consequência, embora se não repudie o capitalismo, até pelo facto de ser um sistema económico com capacidade de tirar partido das crises para se auto-reformar, a transferência de riqueza é uma indispensabilidade entre nações e entre classes sociais, salvaguardado o princípio de que vivemos num sistema de apropriação individual da propriedade, acima de tudo, depois do colapso colossal dos regimes de propriedade colectiva. Entretanto, os valores são ideais pelos quais os homens aspiram, não hesitando em persegui-los, no intuito derradeiro de construir uma obra comum. Encontramo-nos, é certo, numa crise de valores, talvez que desde o tempo já longínquo de Nietzsche, ainda acentuada no último quartel do século XX, em nome da liberdade individual, convertida em único valor tolerável. Que este seja apenas um momento, naturalmente passageiro, e que jamais se transforme em estado duradouro, porque a inexistência de valores é sempre um sinal de declínio, sobretudo quando vivemos em Democracia, num regime que se considera moralmente superior, assente numa cultura de esperança num mundo melhor, alcançável aqui e agora, através de um esforço social e político, por oposição às culturas de resignação, mais características do Oriente.

II OS AÇORES

Após uma análise geral de aspectos da política e da economia, atentemos agora no caso dos Açores.

1. O AMPARO DA AUTONOMIA

Apesar da união dos portugueses e da unidade de Portugal, na sequência do 25 de Abril de 1974, a Constituição da República Portuguesa de 1976 concede um regime político especial para os arquipélagos dos Açores e da Madeira, atendendo aos condicionalismos próprios de cada Região e às aspirações populares históricas. Na verdade, a viabilidade e o melhoramento da Autonomia exigem que ela se fundamente numa individualidade insular e numa pretensão social.

Começemos pela questão da individualidade insular.

A nossa individualidade insular, que em 1933 Vitorino Nemésio ergueu à condição de açorianidade, é o resultado do cruzamento entre a evolução da história e a força da geografia. Por outras palavras, a açorianidade é o fruto de uma vivência de meio milénio num ambiente diverso do continental. Uma tal vivência gera diferenças e são precisamente elas que constituem a nossa identidade. Porém, do confronto entre as ilhas e o universo circundante, sobretudo o português, e até eventualmente o atlântico, ressaltam mais as semelhanças do que propriamente as diferenças. Tudo isto quer dizer que devemos preservar as diferenças, reconhecer as semelhanças e, acima de tudo, fomentar as inter-relações. Além disso, a açorianidade não é uma realidade unívoca. Pelo contrário, é um conceito difuso e contraditório. Porém, mesmo na sua contradição, constitui o melhor fundamento da vantagem dos açorianos se governarem com uma margem de autonomia equivalente ao grau de individualização que possuem no universo português.

Atentemos nalguns dos paradoxos em que se alicerça a açorianidade, mas que apontam sempre para a conveniência do exercício do auto-governo. Por um lado, o posicionamento no meio do Atlântico transforma as ilhas em expediente da abertura do Mundo e em incentivo da correspondência transoceânica, conferindo ao arquipélago uma dimensão de centralidade. Assim, no progresso das civilizações, a relevância dos Açores supera a reduzida expressão nos domínios da dimensão territorial, do efectivo demográfico e da pro-

dução de riqueza e reclama, portanto, uma representação política efectiva e condigna, isto é, autónoma. Por outro lado, o afastamento dos continentes e a descontinuidade territorial confrontam os açorianos com a maldição do isolamento, que até resiste à revolução das técnicas, que coloca os ilhéus à margem da convivência civilizacional. Contudo, as ambiências de solidão geram idiosincrasias que são melhor compreendidas e respeitadas, quando servidas por estratégias de auto-governo. Em suma, enquanto a marcha da civilização incumbe aos Açores uma missão ecuménica, que acentua ainda mais o universalismo da cultura portuguesa, a geografia do isolamento põe em evidência as singularidades da nossa cultura, que não equivale a um ramo menor do saber português. A açorianidade é, assim, uma espécie de caleidoscópio – a ferramenta mais condizente com a harmonização da unidade com a diversidade. A Autonomia tem de ser a manifestação política da açorianidade. Abordemos agora o problema da relação entre a Autonomia e a aspiração popular histórica. Durante o denominado Antigo Regime, entre os séculos XVI e XVIII, o povo não possuía intervenção no governo, sendo a capacidade política um privilégio de uma minoria, que se opunha ao poder central por interesses individuais ou de grupo. Depois, no século XIX, o Liberalismo suscita a participação política dos homens mais ricos e mais instruídos. É precisamente por obra de um grupo de micalenses ricos e ilustrados que se conquista determinada autonomia em 2 de Março de 1895. Finalmente, no século XX, o sufrágio universal motiva a generalização da participação política. Resta saber se, como se deduz da leitura da Constituição da República, terá transformado a Autonomia em projecto popular e, igualmente, em projecto de todas as ilhas sem excepção. De facto, a Autonomia de 1895 não corresponde a um projecto de unidade. Aliás, em mais de meio milénio de história, só houve dois curtos períodos de unidade açoriana. O primeiro, de 1766 à década de 1830, guiado pelo desígnio de centralização da Capitania Geral. O último, de 1976 aos nossos dias, na vigência da actual Autonomia Constitucional e movido por um propósito de descentralização. Isto significa que em mais de meio milénio de história imperou nos Açores a divisão político-administrativa, primeiro sob o regime das capitâncias, até 1766, depois sob a lógica dos distritos, de 1836 a 1976. Quer isto ainda dizer que em mais de meio milénio de história só a Igreja evidenciou uma concepção permanente de unidade açoriana. Talvez por isso as Semanas de Estudo da década de 1960, que denunciam mais ou menos veladamente o atraso e o espartilho distrital, tenham gravitado em torno do Seminário de Angra, que assumia a

função de uma universidade das ilhas à altura inexistente. No entanto, a Autonomia de hoje enfrenta um desafio maior, nomeadamente, a harmonização da unidade política com a descentralização administrativa.

A Autonomia é o resultado da depreciação dos Açores na orgânica do Estado. De facto, no projecto imperial português dos séculos XIX e XX, os planos federalistas sempre desvalorizaram as ilhas, que permanecem anexas às partes mais relevantes do Reino. Só muito tardiamente se admite um estatuto de regiões autónomas, mas exclusivamente para partes do Ultramar, como acontece em 1971 com a revisão constitucional marcelista. Daí a reacção chauvinista de Francisco Athayde Machado Faria e Maia que já em 1932, nas vésperas da aprovação da Constituição de 1933, contesta a subvalorização dos Açores perante as colónias de África. Em tom de lamento, escreve o seguinte: "... o que é justo e atendível para as nossas colónias de África que actualmente gozam das mais largas atribuições, não o é para nós açorianos que atingimos um grau de civilização, julgamos, bem mais avançado do que os pretos de Angola, de Moçambique e da Guiné?"

A Autonomia é ainda uma consequência das fragilidades do Estado. É, portanto, uma tentativa de subtracção dos Açores às incertezas da história de Portugal, como sucede em 1895, face à dupla crise continental e insular, na década de 1920, perante a agitação da 1.^a República, e em 1974-76, frente ao radicalismo da revolução de Lisboa. Este percurso gera, entretanto, perspectivas diferentes sobre o significado da Autonomia. Para uns, é uma fuga à perturbação, isto é, uma via progressista, logo uma garantia de desenvolvimento. Para outros, é uma negação da transformação, isto é, uma via conservadora, logo um apego à tradição.

A Autonomia corresponde também à busca da melhor protecção, quando sobressaem os propósitos mais radicais do separatismo que, em vez de pugnam pela independência propriamente dita – demasiado problemática e porventura inviável – apostam numa substituição de tutelas. É o que se depreende, por exemplo, da ameaça de Montalverne de Sequeira de 1891, quando proclama: "... ou seremos portugueses a valer para todos os efeitos, ou havemos de procurar quem nos abrigue, quem nos faça prosperar". Aliás, o separatismo é uma consequência do declínio de Portugal nos mares, que cria nos Açores um sentimento de grande orfandade, o qual em épocas de crise releva a conveniência da protecção das potências marítimas, primeiro a Inglaterra, a senhora dos mares no século XIX, depois os Estados Unidos, os senhores do mundo no século XX.

Na actualidade, a discussão da problemática da Autonomia é um imperativo de consciência, embora a extrema proximidade dos factos, que confunde analistas com actores, prejudique a cientificidade dos juízos. Por isso, o entendimento da Autonomia também demanda a subtracção de carga sentimental ao debate. A título de exemplo, importa que não façamos a adjectivação da Autonomia. Não falemos de autonomia progressiva, porque gera desconfiança na comunidade portuguesa. Não falemos de Autonomia tranquila, porque tem um significado de capitulação. Não falemos de nova Autonomia, porque estamos apostados em descobrir as suas raízes mais profundas. Esforcemo-nos tão só para que a Autonomia seja sempre Regional, isto é, de todas as ilhas sem excepção, seja sempre Constitucional, isto é, que esteja inscrita no texto regulador da nossa vida colectiva.

O maior desafio da nossa geração é, entretanto, o de fazer a harmonização da Autonomia com a unidade dos Açores. No passado, na década de 1920 e sobretudo no fim do século XIX, a Autonomia foi um projecto parcelar, jamais um desejo absoluto, porque se moveu o empenho de S. Miguel, só suscitou o assentimento da Terceira e até originou o desinteresse do Faial. Sobre o assunto, os relatos de Francisco Athayde Machado Faria e Maia são particularmente elucidativos. Acerca do movimento de finais de oitocentos, diz taxativamente que havia a “... convicção de que era absolutamente necessário libertar os micalenses da tutela asfíxiante do governo central...”. Porém, ainda em 1932, reivindica “... uma ampla autonomia administrativa para esta ilha de S. Miguel, ou para os Açores, se no resto do arquipélago esta aspiração encontrasse também um eco forte”.

Na actualidade, a Autonomia é ainda um projecto com fragilidades. Não tem, por exemplo, datas emblemáticas. O 2 de Março é comumente ignorado, até pelos jornais de Ponta Delgada, que é o berço da Autonomia. O 16 de Fevereiro caiu no esquecimento. O 6 de Junho ainda não conquistou dignidade social e institucional. Por isso, a celebração da Autonomia na 2.^a feira do Espírito Santo resulta da tentativa de enraizamento na história e na população dos Açores. A melhor defesa da Autonomia consiste então na criação de um corpo doutrinal. Neste capítulo, não enjeito as responsabilidades da Universidade dos Açores. Com efeito, só assim poderemos conferir à realidade e ao conceito Autonomia uma nobreza idêntica àquela que possuem a Democracia e a Liberdade. Nestas circunstâncias, importa que a Autonomia não seja um espantinho de recurso em eras de crise, que gera o apoio de uns, a oposição de outros, sem nunca corresponder ao interesse de todos. No entanto, a Autono-

mia também não pode ser apenas um expediente de resolução de problemas da nossa terra com agentes locais. Se assim fosse, a insularidade seria equiparada à interioridade e a Autonomia pereceria por falta de fundamentação. A harmonização da Autonomia com a unidade dos Açores é, repito uma vez mais, o desafio maior. Só assim se evitará a transformação da Região numa miniatura do País, dos Açores num Portugal dos pequenitos, onde até poderiam avultar com maior evidência os vícios e as insuficiências. De facto, a consecução da emancipação face ao Continente é apenas a primeira etapa. Porém, internamente, impõe-se uma prática de descentralização, que assente no respeito pela diversidade das parcelas insulares. Aliás, em 1932, o mesmo Francisco Athayde Machado Faria e Maia entende a delicadeza da questão, quando assevera que "... não havia vantagem nesta reunião dos três distritos, porque para aqueles que não fossem da sede do governo autónomo, subsistiam em grande parte idênticos inconvenientes aos de estarem ligados ao continente". Como já bastas vezes afirmei, quer isto dizer que hoje o maior desafio da classe política reside na conciliação da diversidade que somos com a unidade que queremos ser.

2. A UTILIDADE DO MAR

Além da prerrogativa do auto-governo, de que outros recursos dispõem os Açores para se imporem na actual sociedade da competição? Antes de mais, a geografia! Acima de tudo, o mar!

Na Idade Média, o cerco do Islão motiva o isolamento da Europa, impedindo o convívio entre o Ocidente e o Oriente. Porém, no século XV, a expansão portuguesa provoca a descompartimentação do Mundo, contribuindo em muito para a globalização de hoje, obtida pela conversão de uma velha cultura, continental e mediterrânica, numa nova vivência, intercontinental e transoceânica. Aliás, é assim que desabrocha a Modernidade, fruto da evolução do conhecimento, movida pela acção dos portugueses, que confere pela primeira vez aos europeus uma noção planetária.

Na abertura do Mundo, as ilhas desempenham um papel fundamental, que supera bastante a sua reduzida expressão nos domínios da dimensão territorial, do efectivo demográfico, da representação política e da produção de riqueza. As ilhas, no passado, contribuem para a organização dos novos, dos difíceis e dos desmedidos espaços do Ultramar e correspondem, quiçá pela primeira vez, às inquietações económicas da empresa dos descobrimentos.

As ilhas, em todos os tempos, isto é, do passado até ao presente, facilitam as comunicações, primeiro as marítimas, em função das condições da navegação à vela e dos progressos da ciência náutica, depois as aéreas, consoante as limitações das aeronaves. As ilhas são, por isso, agentes da transfiguração do globo, pois facilitam a aproximação dos continentes e o diálogo das civilizações, enquanto vias de exportação e de acolhimento de padrões civilizacionais milenares e dissemelhantes.

Entre os arquipélagos do oceano incomensurável, os Açores são uma porta da Modernidade, que facilita a abertura, o conhecimento e a partilha do Mundo. Tudo isto é fruto da utilidade da geografia, nomeadamente, de um posicionamento privilegiado no Atlântico Norte, determinado pelas condições da natureza, de concreto, o regime de ventos e de correntes, e pelo carácter da navegação, tanto a marítima como a aérea, que transformam as ilhas em escala quase indispensável das rotas de todas as épocas.

O préstimo dos Açores na correspondência intercontinental persiste à passagem do tempo e à sucessão das hegemonias. Sucede no século XV, isto é, na época de pioneirismo dos portugueses, sob os estímulos da exploração do litoral africano e dos mares ocidentais. Acontece no século XVI, isto é, na era de primado dos ibéricos, consequente do tratado de Tordesilhas de 1494, que confere a Portugal e Espanha o monopólio do Ultramar, precisamente entre os descobrimentos da América, em 1492, e da Índia, em 1498. Continua a partir de finais do século XVII, quando emerge o longo predomínio dos nórdicos, primeiro os europeus – os holandeses, os franceses e sobretudo os ingleses – depois os norte-americanos, após a afirmação dos Estados Unidos.

Façamos algumas reflexões sobre a importância dos Açores na Contemporaneidade mais próxima. Verifica-se, por exemplo, o envolvimento de mais ilhas no apoio às rotas transatlânticas. Entre as principais, à relevância da Terceira e do Faial, sucede também a influência de S. Miguel, fruto da construção do porto, depois talvez também do aeroporto, concretamente o de Santana. Entre as periféricas, a base francesa das Flores rememora a importância das Flores e do Corvo como porta de entrada das embarcações da Costa de África, da Índia e do Novo Mundo nos Açores durante a Modernidade e, por consequência, como paradeiro de corsários e de piratas. No extremo oposto, é também a Contemporaneidade que releva as potencialidades de Santa Maria. Ainda na Idade Contemporânea, a utilidade estratégica resulta em benefício dos estrangeiros, sobretudo dos ingleses e dos norte-americanos, como sucede desde finais de seiscentos. E quanto a Portugal? Da utilidade estratégica dos Açores,

Portugal retira proveito para o bem e para o mal. Para o bem, por exemplo, a integração entre os membros constituintes da OTAN em 1949 resulta da necessidade de utilização dos Açores. Para o mal, por exemplo, numa era de emergência e de consolidação das democracias, a utilização dos Açores gera a relativa complacência do Ocidente para com a ditadura salazarista e a guerra colonial.

Façamos, de seguida, algumas reflexões e interrogações finais sobre este assunto. Na história dos Açores, há fases de grande projecção estratégica, interrompidas por períodos de desvalorização da geografia. Hoje, apesar das incidências do 11 de Setembro, que motivam alguma revalorização da função estratégica, uma diversidade de opiniões insiste na teoria do declínio. É efectivo? Talvez! É definitivo? Nunca o foi no passado! No entanto, há um dado novo. Durante cerca de 500 anos, entre os séculos XV e XX, o Atlântico foi o centro do Mundo. E agora? Ainda será? Não sabemos! Mas talvez já não seja! E se não for? As escalas e as bases atlânticas vão manter a proeminência do passado? É provável que não! Mas há mais um dado novo. Na era da globalização, o Mundo é uma unidade cada vez mais próxima. Por isso, todas as ilhas, e também os Açores, estão necessariamente no centro dele.

Com uma história mais curta do que a história do País, as ilhas exerceram um papel decisivo no passado de Portugal. Com uma história mais curta do que a história do País, as ilhas exercerão um papel decisivo no futuro de Portugal. No passado, foram o sustentáculo da expansão de Portugal no Mundo. No futuro, serão o amparo do brio de Portugal na reabertura da Europa ao Mundo. Tudo isto acontece por força da geografia, mais precisamente por força do mar. É caso para se dizer que o mar é a razão de ser dos Açores. No fim da Idade Média, é a necessidade de conhecimento do mar que motiva o descobrimento das ilhas, já que a ameaça do Islão obriga a Europa à exploração do Atlântico, que principia com o desvendar da costa africana e com incursões nos arquipélagos fronteiros, as Canárias, a Madeira e os Açores. Nas Idades Moderna e Contemporânea, é a relevância do mar que provoca o realce das ilhas. Em virtude de uma posição geográfica de privilégio, determinada pelas condições da natureza e pelo carácter da navegação, as ilhas assumem grande importância nas relações transatlânticas, quando o domínio dos oceanos equivale ao meio de engrandecimento dos Estados.

Portugal busca hoje na Europa os recursos que outrora lhe foram sonogados pelo Império. O mar é a nossa maior riqueza, é a nossa reserva estratégica. Por isso, a defesa do mar é uma prioridade nacional. Hoje, o mar dos

Açores conserva uma importância inquestionável, como instrumento de acção política, como fonte de inúmeros recursos. É o mar dos Açores que dá profundidade oceânica à Comunidade Europeia, que está hoje demasiado continentalizada, após o mais recente alargamento, com a inclusão de uma dúzia de países do Centro e do Leste; que está hoje muito estrangida entre a preponderância dos Estados Unidos, a ocidente, o enigma da Rússia, a leste, e a força do Islão, a sul. No passado, o mar português compreendia o leito e as margens do Atlântico, o corredor do Índico e as escalas do Pacífico. Agora, a situação é bem diversa! Na actualidade, o mar português é sobretudo um mar açoriano. Assim, no futuro, às ilhas cabe efectivamente uma missão na história de Portugal idêntica ou superior à de outrora.

